

Ouvidoria do Senado registra mais de 1.500 acessos em seis meses

Além do interesse no concurso público, os cidadãos manifestam suas

opiniões sobre projetos em andamento e o desempenho dos senadores. **2**



Ouvidor da Casa, Flexa Ribeiro garante resposta em até 30 dias

Waldemir Barreto/Senado Federal

Proposta inclui empresas de comunicação no Simples **2**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

EDIÇÃO ESPECIAL ELETRÔNICA – Nº 88

Brasília, terça-feira, 17 de janeiro de 2012

Pedro Franco/Senado Federal



Revisão de três códigos jurídicos avança no Senado

Código Penal, Código Eleitoral e Código de Defesa do Consumidor vêm sendo reformulados com ajuda de juristas, que elaboram anteprojetos para as mudanças

As propostas de reforma da legislação jurídica estão em diferentes estágios de discussão no Congresso.

Dia 17 de fevereiro, a Comissão de Reforma do Código Penal fará em São Paulo a primeira audiência do ano para debater mudanças, incluindo a possí-

vel criação de classificação intermediária para crimes ao volante, entre o homicídio culposo e o doloso.

Na reforma do Código Eleitoral, os juristas ganharam mais tempo para o anteprojeto devido às questões já aprovadas em comissão do Senado.

O debate sobre o Código

de Defesa do Consumidor é o mais avançado, pois os juristas já concluíram o anteprojeto, que inclui a regulamentação do comércio eletrônico.

Na Câmara, tramitam os códigos de Processo Penal e Civil, já aprovados pelos senadores, assim como o Código Florestal. **3**

A atualização do Código de Defesa do Consumidor deve regulamentar o comércio eletrônico

Criminalização da homofobia foi tema mais citado em 2011

O projeto mais comentado pelos cidadãos em 2011 no serviço Alô Senado foi o que criminaliza a homofobia, com 309.320 manifestações. Em segundo ficou a proposta que torna a corrupção crime hediondo. **2**

Entre os projetos mais comentados no Alô Senado no ano passado, estiveram ainda o de 14º salário para professor e o do novo Código Florestal



Ana Volpe/Senado Federal

Máximo de 25 alunos em salas de aula **2**

Registros civis poderão ser gratuitos **2**

A maior parte dos cidadãos que acionaram o novo órgão — mais de 71 % — é composta por homens de três estados da região Sudeste, com mais de 30 anos e com níveis médio e superior de ensino

Em seis meses, Ouvidoria teve mais de 1.500 acessos

CRIADA PARA RECEBER e dar tratamento adequado às sugestões, críticas, reclamações, denúncias e elogios da sociedade sobre as atividades do Senado, em seis meses de funcionamento a Ouvidoria recebeu 1.565 mensagens. Os internautas pedem a votação de propostas, solicitam informações sobre o concurso público a ser realizado em março e comentam o desempenho dos senadores.

De acordo com relatório do órgão, o tema mais abordado entre 28 de junho, quando a Ouvidoria iniciou seus trabalhos, e 31 de dezembro de 2011 foi a atuação parlamentar (21,9%), que engloba tópicos relacionados aos discursos dos senadores, pedidos de agilidade na tramitação de proposições, realização de audiências públicas e desempenho dos parlamentares, entre outros.

Também despertou o interesse dos cidadãos a gestão administrativa do Senado (17,6%), com questões a respeito do teto remuneratório constitucional e do concurso público em andamento.

Direitos humanos e minorias foram tema de 7,2% do total de mensagens recebidas, e o projeto que mais despertou interesse foi o PLC 122/06, que



Flexa Ribeiro assegura que todas as manifestações são encaminhadas

criminaliza a homofobia (5,2% do total de mensagens). Outros temas que também geraram manifestações foram o concurso do Senado (4,5%), a reforma do Código Penal (2,9%) e a aposentadoria especial para pessoas com deficiência, com 2,5% do total.

As solicitações encabeçam as manifestações (38%), seguidas por críticas (23%), reclamações (22,4%), sugestões (10,4%), denúncias (3,5%) e elogios (2,7%).

Os moradores da região Sudeste são os que mais enviam mensagens, especialmente os de São Paulo (19,2%), Rio de Janeiro (12,8%) e Minas Gerais (10,5%) os três primeiros do ranking. O quarto é o Distrito Federal (7,3%). A maioria é de homens (71,6%), na faixa de 30 a 59 anos, com ensino superior

(38%) ou médio (32,1%).

Respostas

O que acontece com as mensagens recebidas? Segundo o ouvidor, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), todas elas são respondidas. No caso de opiniões sobre projetos ou políticas públicas, as mensagens são dirigidas aos presidentes das comissões permanentes do Senado ou aos relatores das propostas.

— Cada tipo de consulta tem um tratamento, mas nenhuma delas deixa de ser respondida, seja ela qual for. Evidente que a Ouvidoria não tem as respostas ela própria. Mas ela consulta o órgão do Senado que tem acesso à informação solicitada e depois transfere essa informação ao cidadão que pediu, no prazo máximo de 30 dias — informa.

Para fazer sua manifestação, o cidadão pode acessar o portal da Ouvidoria na internet (www.senado.gov.br/ouvidoria); preencher os formulários distribuídos pela Ouvidoria e depositá-los nas urnas espalhadas pelo Senado; utilizar o Alô Senado 0800 612211, na opção “Fale com a Ouvidoria”; ou enviar uma carta para o endereço: Senado Federal, Anexo 2, Biblioteca, Térreo, sala da Ouvidoria, CEP 70165-900.

Texto sobre homofobia foi o mais comentado no Alô Senado

Entre as centenas de projetos de lei que receberam comentários favoráveis ou críticas de cidadãos em 2011 por meio do serviço Alô Senado, o que criminaliza a homofobia (PLC 122/06) foi o que mais chamou a atenção. Foi tema de 309.320 manifestações.

O projeto de lei classifica como crime a discriminação motivada por orientação sexual ou identidade de gênero, ao lado das discriminações por cor da pele, etnia,

nacionalidade e religião.

Segundo a Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop), à qual o Alô Senado é vinculado, também foi objeto de grande interesse do público — com o segundo maior número de manifestações — o PLS 204/11, de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT), que transforma em crime hediondo o delito de corrupção passiva e ativa. A matéria foi comentada por 88.458 cidadãos em 2011.

Em terceiro e quarto lugares



Marta Suplicy, relatora do projeto que transforma homofobia em crime

ficaram, respectivamente, o PLS 319/08, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que cria o 14º salário para professores da rede pública, e o PLC 30/11, que criou o novo Código Florestal.

Projeto prevê limite de alunos por turma

As turmas de pré-escola e dos dois primeiros anos do ensino fundamental poderão ter no máximo 25 alunos. Nos anos subsequentes e até no ensino médio, poderão estar em cada sala de aula até 35 alunos. Os limites estão previstos no Projeto de Lei do Senado (PLS) 504/11, de Humberto Costa (PT-PE), que está pronto para votação final na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O senador argumenta que não se pode tolerar turmas com 40 ou mais alunos no ensino fundamental e 60 ou mais no ensino médio, a partir do que chamou de motivações de falsa “economia” nas redes públicas e de “lucratividade acintosa” nas escolas privadas. A relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), é favorável à proposta e pondera que excesso de alunos pode estar ligado ao baixo desempenho.



Paulo Bauer apresentou em junho o projeto que amplia o Simples Nacional

Simples poderá aceitar empresas de comunicação

O Senado avalia a inclusão das empresas de comunicação entre as que podem ser beneficiadas pelo Simples Nacional — regime especial de tributação que simplifica e reduz encargos de micro e pequenas empresas. Esse projeto (PLS 344/11) foi apresentado em junho por Paulo Bauer (PSDB-SC).

De acordo com a proposta, poderão ser beneficiados jornais impressos ou digitais; empresas gráficas que se destinam à impressão de jornais, revistas e informativos noticiosos; emissoras de rádio AM, FM ou emissoras pela internet; agências de notícias; e emissoras de televisão de canal aberto ou canal fechado. O texto também inclui as agências de publicidade e as assessorias de imprensa.

Em relatório apresentado em novembro, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) defende a aprovação da matéria.



Humberto critica “falsa economia” e “lucratividade acintosa”

Simon propõe certidões grátis para todos

A Constituição poderá ser alterada para garantir a todos gratuidade na primeira emissão dos registros civis de nascimento, casamento e óbito. A PEC 34/05, de Pedro Simon (PMDB-RS), passará por duas votações antes de seguir para a Câmara.

Atualmente as certidões de nascimento e de óbito são gratuitas para os reconhecidamente pobres. O objetivo de Simon é que o cidadão conserve em bom estado



Para Simon, poder público deve bancar a primeira emissão dos documentos

essas certidões, entre outras razões, porque terá que pagar pela segunda emissão. A administração pública arcará com os custos da primeira emissão desses documentos.

Ao justificar sua iniciativa, Simon apontou a dificuldade burocrática hoje imposta a quem deseja a gratuidade.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burl e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920



Na foto à esquerda, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin (E) e os senadores José Sarney, Renan Calheiros e Rodrigo Rollemberg em solenidade de entrega do anteprojeto que atualiza o Código de Defesa do Consumidor. Na foto à direita, o ministro Gilson Dipp (E) e o senador Pedro Taques em reunião da comissão de juristas que elabora proposta de novo Código Penal

Senado reformula três códigos jurídicos

Estão em diferentes estágios no Senado as revisões do Código Penal, do Código Eleitoral e do Código de Defesa do Consumidor. Os códigos de

Processo Penal e Civil, já aprovados pelos senadores, tramitam na Câmara, assim como o Código Florestal. Geralmente, uma comissão de juristas elabora um

anteprojeto que serve de base para as mudanças. Os congressistas debatem a proposta e avaliam sugestões da sociedade antes de apresentar os projetos de lei.

Crime ao volante pode ganhar classificação intermediária

Instalada em outubro de 2011, a Comissão do Senado de Reforma do Código Penal é formada por 16 juristas encarregados de rever o atual código (Decreto-Lei 2.848/40) e as demais leis que tipificam crimes. Eles têm até 25 de maio para elaborar o anteprojeto.

Dia 17 de fevereiro, em São Paulo, os juristas discutirão com a sociedade crimes contra a vida. Na segunda audiência, dia 2 de março, em Brasília, o tema será a punição de crimes contra a liberdade sexual. A próxima reunião administrativa ocorrerá em 9 de março.

Em reunião realizada em dezembro, fortaleceu-se a tendência de aumentar o percentual da pena para que o preso tenha direito à progressão de regime — de um sexto para um terço ou até para metade da pena total. Também se estuda, no caso dos crimes hediondos, deixar a liberdade condicional para depois da metade ou até dois terços da pena.

Outro aparente consenso é a unificação do regime

semiaberto. Atualmente, alguns estados mantêm albergues e outros permitem que se durma na própria casa. Uma solução seria substituí-lo por pena alternativa.

Os juristas também querem resolver a questão sobre homicídio culposo ou doloso nos crimes ao volante. Uma ideia é criar figura penal intermediária entre o dolo eventual e a culpa consciente, chamada culpa temerária — gravíssima, porque envolve bebidas, rachas ou excesso de velocidade —, com pena também intermediária.

Também se debate a unificação das penas de reclusão, detenção e prisão em apenas um tipo, a de prisão; a estipulação de multas sempre que houver dano indenizável; e a incorporação ao Código Penal dos crimes previdenciários e contra a ordem tributária.

Os especialistas também cogitam reclassificar as contravenções penais, tipificando algumas como crimes e outras como meras infrações.

Comércio via internet terá normas próprias

A comissão de juristas criada para atualizar o Código de Defesa do Consumidor (CDC) já tem seu texto final pronto para ser apresentado ao Senado. O anteprojeto deverá incluir a regulamentação do comércio eletrônico, a ampliação do leque de cláusulas contratuais consideradas abusivas e a proibição de publicidade que leve o comprador ao engano ou ao superendividamento. Segundo a relatora-geral da comissão, Claudia Lima Marques, a ideia não é mudar o código existente, mas atualizá-lo e adaptá-lo às novas tecnologias e a fenômenos recentes, como a ampliação do acesso ao crédito a uma camada da população antes impossibilitada de adquirir bens de consumo de maior valor.

Proposta de Código Eleitoral consolidará reforma política

Presidida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli, a comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código Eleitoral foi criada em junho de 2010.

Em 2011, senadores envolvidos nas propostas de reforma política analisaram temas como financiamento de campanhas eleitorais, possibilidade de coligações e divisão do horário eleitoral.

Ano passado, ato do presidente do Senado, José Sarney, prorrogou o prazo dado aos juristas para finalizar o anteprojeto, já que os trabalhos da comissão de senadores encarregada da reforma política “aportaram nítidas modificações ao panorama de trabalho da comissão de juristas”.

O ato ressalta que as propostas dos senadores serão debatidas no Congresso e poderão “ser modificadas, com evidentes impactos sobre a legislação eleitoral”.

Até agora, quatro propostas

de emenda à Constituição (PECs) e um projeto de lei foram aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e encaminhados ao Plenário.

Uma das propostas (PEC 37/11) reduz de dois para um o número de suplentes de senador e veda o nepotismo no cargo. Outra (PEC 38/11) fixa em cinco anos o mandato de presidente, governadores e prefeitos. A PEC 40/11 permite coligações partidárias apenas nas eleições majoritárias. Já a PEC 42/11 determina que mudanças no sistema eleitoral devem ser precedidas de referendo para entrar em vigor, enquanto o PLS 268/11 estabelece o financiamento exclusivamente público de campanha.

À exceção da PEC 37/11, que recebeu emenda e voltou à CCJ, todas as matérias aguardam votação no Plenário. Com isso, o anteprojeto de reforma do Código Eleitoral espera novas definições para ser apresentado.

Câmara examina outros três códigos

No início de 2011, a Câmara recebeu as propostas de reforma do Código de Processo Civil (PLS 166/10) e do Código de Processo Penal (PLS 156/09), votadas no Senado em 2010. Em 22 de dezembro, a Comissão Especial da Câmara que estuda o projeto do novo CPC encerrou o prazo de emendas, tendo recebido cerca de 900.

O projeto faz diversas alterações no código, que está em vigor desde 1973, e tem como principal objetivo simplificar processos e dar mais celeridade à tramitação das ações.

As principais mudanças são a limitação da quantidade de recursos e a criação de mecanismo para resolução de demandas repetitivas — uma reclamação recorrente do Judiciário.

O Código de Processo Penal, por outro lado, não andou no ano passado. No dia 5 de janeiro de 2011, chegou à Mesa da Câmara, e o único despacho dado até agora determinou que seja formada comissão especial para avaliá-lo. Da maneira como saiu do Senado, o projeto prevê caminhos

mais ágeis para a tramitação de inquéritos; modifica pontos como a prisão especial, que deixará de existir; permite que bens abandonados ou cujo proprietário não tenha sido identificado sejam postos em indisponibilidade ou sequestrados pela Justiça; e permite a venda antecipada de bens sequestrados, caso seja essa a melhor forma de preservar o valor desses bens, por causa do custo de conservação.

Na Câmara dos Deputados, também está o mais recente projeto de código



Plenário do Senado votou o projeto de Código Florestal em dezembro passado

aprovado pelo Senado, o Florestal (PLC 30/11), matéria que gerou intensos debates entre as bancadas ruralistas e ambientalistas no último ano.

O texto aprovado pelo

Senado, duramente criticado pelos ambientalistas, cria o Cadastro Ambiental Rural (CAR), incentiva a recomposição de florestas e tem regras especiais para a agricultura familiar.